



A dinâmica da deliberação:

Indicadores do debate midiado sobre o Referendo do Desarmamento*

*Rousiley C. M. Maia, Adriana Buarque e Rafael Brischilliar*****

Resumo:

Os referendos e as iniciativas populares servem de complemento às instituições da democracia representativa, ao criar oportunidades para a participação direta e a deliberação em torno de questões específicas. Este artigo tem por objetivo investigar o debate midiado em torno do Referendo do Desarmamento, que ocorreu em 23 de outubro de 2005, para dar resposta à pergunta “o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. Na primeira parte deste artigo, distinguimos entre diferentes formas de referendo e exploramos particularmente a questão de prestação de contas produzida por referendos que ocorrem posteriormente aos atos legislativos. Na segunda parte, tratamos de caracterizar o debate midiado e o processo de prestação de contas de representantes políticos, diante dos prós e dos contras das escolhas políticas acerca da proibição da venda de armas e munição. Por fim, procuramos avaliar o papel dos meios de comunicação de massa na constituição dos debates públicos, no que concerne aos graus de inclusividade dos atores em questão, ao uso de argumentos crítico-racionais, à reciprocidade e à reversibilidade de opiniões.

Referendo e democracia

O uso de referendos e iniciativas populares tem sido considerado um importante instrumento para aperfeiçoar as tomadas de decisão nas democracias representativas. Idealmente, os referendos e as iniciativas populares servem de complemento às instituições políticas existentes, ao criar oportunidades para a participação direta e a deliberação em torno de questões específicas. Muitos críticos se opõem ao uso desses mecanismos, sob o argumento de que os indivíduos não possuem a motivação e a competência necessária para discutir assuntos complexos e assumir responsabilidades sobre as tomadas de decisão (Madison, 1937, p. 365; Lacy e Niou, 2000). Já os autores que sustentam a democracia deliberativa e participativa argumentam que as iniciativas populares e os referendos encorajam o debate sobre questões políticas e aumentam a competência política das pessoas (Barber, 2003, p. 284; Fishkin, 1991, 1995) Segundo tais autores, o uso desses mecanismos de participação popular deve ser sempre conjugado com medidas destinadas a aprimorar o conhecimento político da população, o

* Trabalho apresentado no GT Comunicação e Democracia do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

** Rousiley Maia é Doutora em Ciência Política pela University of Nottingham (Inglaterra) e Professora Adjunta em Comunicação Social na UFMG. Adriana Buarque e Rafael Brischilliar são bolsistas de iniciação científica (PIBIC) na UFMG. O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos

engajamento cívico e os próprios processos de debate que acontecem de modo relativamente autônomo na sociedade.

Além de sessões plenárias nos parlamentos, os fóruns deliberativos devem incluir debates entre grupos parlamentares e representantes de partidos políticos, entre esses e grupos da sociedade civil e, ainda, debates através da mídia de massa. Nesse contexto, os meios de comunicação desempenham um papel crucial, seja para veicular campanhas pró e contra a matéria sob discussão nos referendos, seja para difundir matérias, discursos, opiniões e posicionamentos de indivíduos e grupos sobre as questões em tela, seja, ainda, para sustentar uma plataforma de debate entre os agentes cívicos e os representantes políticos¹. Não há, evidentemente, garantias de que as campanhas de referendos ou de iniciativas populares serão, de fato, deliberativas, no sentido de focalizarem os méritos das justificações proporcionadas para os cursos alternativos da decisão política. Não há como assegurar que informações pertinentes sejam disponibilizadas e um qualificado debate se desenrole nos meios de comunicação, com suficiente grau de inclusividade dos atores concernidos, ou que a troca comunicativa se dê com bons níveis de razoabilidade, de reciprocidade e reversibilidade de opiniões. Ainda que normas legais busquem garantir condições equânimes de concorrência e o balanceamento justo no horário eleitoral gratuito, os agentes da mídia podem advogar em prol de determinadas posições, depreciando as perspectivas concorrentes, antes mesmo de apresentá-las.

Neste texto, nosso propósito é abordar o debate midiado em torno do referendo do desarmamento, que ocorreu em 23 de outubro de 2005, para dar resposta à pergunta “o comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. A consulta popular – prevista no Artigo 35 da Lei no 10.826, conhecida como Estatuto do Desarmamento – resultou

¹ Barbie, por exemplo, defende que o governo e as associações cívicas devem organizar encontros (*Town meetings*) para que os cidadãos escrutinem questões políticas e que as tecnologias da informação e comunicação devem ser utilizadas para aumentar a publicidade desses debates e das tomadas de decisão. Nas palavras de Barbie, “as potencialidades da televisão interativa são muito vantajosas para as pesquisas de opinião, ao permitir que repostas em âmbito regional ou nacional sejam gravadas e utilizadas ao vivo em debates sobre essas questões (Barbie, 2003, p. 289). Fishkin também propõe que fóruns deliberativos cívicos – compostos por pessoas com pontos de vista e interesses conflitantes acerca de questões relacionadas às agendas políticas – sejam coordenados com debates realizados entre os candidatos a cargos políticos. De tal modo, a mídia contribuiria para “facilitar uma discussão séria sobre problemas públicos compartilhados” (Fishkin, 1995, p.160), de modo a aumentar a competência dos cidadãos para fazer escolhas responsáveis e bem informadas.

na vitória do Não com 63,94% dos votos, enquanto o Sim obteve 36,06% dos 95.375.824 votos válidos. Na primeira parte desse artigo, distinguimos entre diferentes formas de referendo e contextualizamos o referendo do desarmamento que ocorreu no país, em 2005. Buscamos explorar particularmente a questão de prestação de contas produzida por referendos que ocorrem posteriormente aos atos legislativos. Na segunda parte, tratamos de caracterizar o debate midiado e o processo de prestação de contas de representantes políticos, diante dos prós e dos contras das escolhas políticas acerca da proibição da venda de armas e munição. Por fim, procuramos avaliar o papel dos meios de comunicação de massa na constituição dos debates públicos.

Desenhos institucionais de referendos e suas interações com a democracia representativa

Os referendos podem adquirir diferentes formatos quanto à natureza da matéria, à obrigatoriedade, à origem de sua iniciativa, ao tempo de sua aplicação e aos seus efeitos (Setälä, 2006, p.705-6; Matsusaka, 2005). No que concerne à natureza da matéria, o referendo pode ser: *constituente* – quando dá origem à constituição e tem a finalidade de aprová-la; *constitucional* – quando a constituição está em vigor e um referendo é convocado para votar alguma alteração formal; *legislativo* – quando se trata de aprovar ou alterar o ordenamento jurídico; *administrativo* – quando se trata, também de aprovar ou alterar algum ato do governo. No tocante à regulamentação legal, os referendos podem ser *obrigatórios* – os que acontecem por exigência expressa da Constituição – ou *facultativos* – os que acontecem por demanda *ad hoc* de algum agente político, sem que haja qualquer condição constitucional imperativa para que ele seja convocado. Além disso, os referendos podem ser diferenciados em *consultivos* – que não obrigam o legislativo e o executivo a acatar a decisão da maioria – e *vinculantes* – que obrigam os poderes legislativo e executivo a acatar a decisão popular.

Quanto à origem, os referendos podem ser de *iniciativa popular*² ou de *iniciativa governamental*, dependendo de quem propiciou a sua convocação. Além disso, eles se diferem quanto ao tempo de aplicação. *Referendos pré-legislativos (ex ante)* são aqueles que prevêm a

manifestação popular anterior à elaboração da norma ou da prática do ato normativo dele dependente. *Referendos pós-legislativos (ex post)* são aqueles prevêm que a lei ou o ato normativo praticado deve se submeter à vontade popular para o seu aperfeiçoamento. No que tange os efeitos, os referendos podem ser *constitutivos* – quando o efeito ou a norma passa a ter efeito após a consulta popular – ou *abrogatório/ revogatório* – quando a norma ou o ato deixa de existir ou extingue-se.

Os referendos iniciados pelo governo com o intuito de submeter uma decisão política ao controle popular são os mais usuais. O controle dos governos sobre o uso de referendos aumenta a possibilidade de esses mecanismos serem empregados como manobra política para evitar a prestação de contas diante de decisões difíceis ou impopulares. Regimes totalitários conduzem plebiscitos como substitutos dos procedimentos legislativos, com o intento de demonstrar o apoio popular para as políticas do governo (Barber, 2003, p.281, Auad, 2005, p.15). Em casos em que o governo é minoria ou há desacordo entre o executivo e o legislativo, os referendos podem ser utilizados para que uma das partes alcance o requerimento da maioria, eliminando-se, assim, a necessidade de persuadir os grupos opositores ou as facções contestatórias a mudarem seus posicionamentos³.

Embora haja exceções, a experiência empírica demonstra que a maioria dos representantes políticos segue os resultados das consultas populares. Autores filiados à tradição populista defendem que estes procedimentos são adequados, uma vez que tornam as decisões políticas mais congruentes com a vontade da maioria. Do ponto de vista deliberativo, os referendos consultivos pré-legislativos mostram-se problemáticos, porque desencorajam os representantes a assumirem uma posição diante de questões conflitantes e a se tornarem moralmente responsáveis. Em termos de justificação política, não é suficiente dizer que algo é desejável porque é a vontade da maioria. Ao invés disso, é preciso continuar provendo argumentos para formar uma perspectiva que possa ser tomada como racional e apresentar justificativas

² Essa forma de referendo é rara no âmbito das instituições nacionais. Na Europa ocidental, o referendo no nível nacional, decorrente da iniciativa popular, existe apenas na Suíça (Setälä, 2006, p.706).

³ Nesses casos, os cidadãos podem ficar indecisos quanto ao fato de considerar, ou não, os plebiscitos de maneira séria, já que eles não participam *de fato* da decisão. Se a consulta é entendida como algo semelhante às pesquisas de opinião – mecanismos para expressão da vontade, com poder apenas de sinalizar uma recomendação – os

razoáveis para aqueles que serão submetidos àquela norma ou tomada de decisão política (Gutmann e Thompson, 1996; Warren, 1996).

Na perspectiva deliberacionista, os referendos destinados a controlar a decisão política *ex post* são particularmente valorizados por criarem a oportunidade de estabelecer o processo deliberativo em dois estágios. Primeiro, nas deliberações legislativas, os representantes, ao estarem cientes de que a lei será posteriormente submetida ao escrutínio público, podem se ver compelidos a serem mais reflexivos em relação aos prós e aos contras de uma determinada decisão, levando em consideração a necessidade de expressar seus argumentos em termos aceitáveis aos eleitores. Segundo, o caráter *ex post* dos referendos pode estimular os representantes a proporcionarem razões para a posição que defendem, diante do conjunto de cidadãos, durante as campanhas dos referendos. Isso tende a estender a *accountability* moral, na medida em que os representantes devem dar respostas e prestar contas não apenas aos seus correligionários, mas ao conjunto de cidadãos que serão afetados por aquela decisão, incluindo aqueles que defendem posições contrárias. Isso, por princípio, tende a romper o isolamento das deliberações que ocorrem nas instâncias parlamentares, sustentar políticas passíveis de ampla justificação ou, mesmo, com oposições mais razoáveis.

O Referendo do desarmamento em 2005

O referendo do desarmamento, que levou mais de 95 milhões de brasileiros às urnas em 2005, pode ser classificado como um referendo legislativo, facultativo, vinculante, de abrangência nacional e pós-legislativo – destinou-se a controlar a decisão política *ex post*, com caráter revocatório. A proibição da venda de armas no país apresentou-se como uma questão controversa, provocando intenso litígio político. O Estatuto do Desarmamento entrou em vigor em 23 de dezembro de 2003, mas a luta pela elaboração desse estatuto se desdobrou por aproximadamente 10 anos. Entre 1993 e 1999, várias campanhas de desarmamento foram

cidadãos podem não se sentir motivados a se engajar mais ativamente no processo deliberativo (Leduc, 2002; Lacy e Niou, 2000).

organizadas⁴; houve coleta de assinaturas em escala nacional, requerendo a proibição da venda de armas no país e diversos Projetos-lei tramitaram sem sucesso no Congresso Nacional⁵.

Com o novo governo do Presidente Lula, representantes políticos e lideranças de ONGs que compõem o movimento pela paz – entre os quais se destacam o Viva Rio, do Rio de Janeiro, e Sou da Paz, de São Paulo – passam a organizar uma intensa mobilização social, através de atos públicos nas grandes capitais. Pesquisas de opinião diversas⁶ indicam, nessa época, que mais de 80% da população apoiava o desarmamento (Mota, 2006, p.9; Lissovsky, 2006, p.32). Em julho de 2003, foi criada uma Comissão Especial Mista, tendo como relator o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que condensou mais de 70 projetos que existiam sobre o assunto, mantendo, entretanto, a estrutura do projeto 1.073/99. O projeto foi aprovado por voto de liderança, obtendo apoio de todos os partidos, ainda que deputados e senadores de diversos partidos tivessem se manifestado contrariamente ao desarmamento. Por fim, a Lei n.º 10.826, que “dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (SINARM), define crimes e dá outras providências”, foi sancionada pelo Presidente Lula, em 23/12/2003.

Há um consenso entre os autores de que o *lobby* exercido pelos fabricantes de armas teve um papel decisivo para travar o andamento dos projetos que regulamentam a venda de armas no país, enquanto a “pressão das ruas”, decorrente da ação de movimentos sociais, ONGS e lideranças religiosas, buscou acelerar a tramitação desses projetos (Mota, 2006, p. 9-11; Conrado, 2006, p.85). A Campanha de Entrega Voluntária de Armas, em 2004, liderada pelo Ministério da Justiça, em parceria com agentes da sociedade civil, polícias militares dos

⁴ O ONG Viva Rio criou diversas campanhas e projetos de desarmamento, tais como “Arma não! Ou ela ou eu”; “Mãe, desarme seu filho”; “Rio sem armas”, “Brasil sem armas”, “Dia internacional da destruição de armas”, “Abaixe esta arma”, “Desarme-se”, “Rio, desarme-se”.

⁵ O movimento em prol do desarmamento teve início em 1993, com diversas campanhas organizadas pela ONG Viva Rio. Em fevereiro de 1997, foi elaborada a Lei 9.437, que regulamentou severamente o uso de armas civis no Brasil e instituiu o Sistema Nacional de Armas – SINARAM. Em 1999, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou uma lei que proibia a comercialização de armas neste estado. Empresas de armas entraram com uma ação judicial que sustou essa lei, sob a justificativa de inconstitucionalidade. Iniciou-se, então, um movimento popular, em escala nacional, que reuniu 1.200.000 assinaturas, demandando uma lei que proibisse a venda de armas no país. No mesmo ano de 1999, foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o projeto de lei 1.073, que viria a ser o documento básico para o futuro Estatuto do Desarmamento. Esse projeto sofreu sucessivas derrotas em outras comissões e foi paralisado nos anos seguintes. Outros projetos foram propostos e todos derrotados.

⁶ DataFolha, no âmbito da capital paulista; CNT-Sensus, Ibope, Ipsus. Ver Lissovsky, 2006, p.32.

estados e a polícia federal, foi considerada um grande sucesso⁷. Contudo, o processo para regulamentar o referendo no Congresso Nacional foi lento, e por pouco não extrapolou o prazo previsto para realização da consulta. A votação, na Câmara Federal, para aprovar o referendo ocorreu em junho de 2005, obtendo 258 votos favoráveis, contra 48 contrários e cinco abstenções. Com isso, o prazo para a condução das campanhas e a realização do referendo ficou restrito a somente três meses. No dia 22 de julho de 2005, foram criadas duas frentes parlamentares – a “Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas”, presidida pelo senador Renan Calheiros, e a “Frente Parlamentar pelo Direito de Legítima Defesa”, presidida pelo deputado Alberto Fraga. Essas frentes parlamentares tiveram direito ao horário eleitoral gratuito nos meios de comunicação por vinte dias⁸, para defenderem suas causas.

A inversão da preferência popular durante a campanha do referendo que levou à vitória do Não, com ampla margem de votos, é uma questão intrigante. Ela não pode ser explicada por causalidades diretas, mas, ao invés disso, envolve o cruzamento de diferentes fatores. Esses fatores compreendem desde as estratégias publicitárias adotadas pelas campanhas, a atuação dispersa das lideranças dos movimentos sociais, os aspectos conjunturais do cenário político até fatores técnicos, como as normas eleitorais do referendo e a elaboração truncada da pergunta.

Em primeiro lugar, a campanha do Sim foi considerada “ineficiente”, “desastrosa” e “equivocada” por muitos de seus próprios idealizadores (Mota, 2006, p.13; Lissovsky, 2006, p.47). Já que o movimento pelo desarmamento, no início da campanha, contava com 80% das intenções de voto, alguns autores consideram que a Frente do Sim não se preocupou em elaborar uma estratégia específica, com um conceito bem definido e uma linha argumentativa clara. A propaganda do Sim privilegiou a questão mais geral do desarmamento, tal como nos projetos anteriores de mobilização social, e não o tema específico da proibição do comércio das armas de fogo. Nas primeiras semanas da campanha, as peças publicitárias não eram produzidas de modo centralizado, por uma única equipe e/ou agência publicitária⁹; a utilização

⁷ Segundo dados do Ministério da Justiça, essa campanha resultou na entrega e na destruição de 443.719 armas de fogo, sendo que meta inicial era o recolhimento de 80 mil armas.

⁸ Cada frente parlamentar teve direito a 18 minutos diários de campanha e 20 minutos para inserções de *spots*, com no máximo, 60 segundos de duração, de 01 a 20 de outubro.

⁹ Enquanto o Não veiculou 17 peças diferentes (pouco menos de uma estréia por dia), Sim recorreu a 31 *spots*, (três estréias a cada dois dias). Na visão de Lissovsky, “esse número elevado sugere dúvida quanto às mensagens

de artistas da Rede Globo conferiu, na visão de alguns autores, um “ar de artificialidade” à campanha¹⁰; não houve sondagens de opinião para captar o modo pelo qual as pessoas interpretavam a questão, já que a vontade da população estava, supostamente, definida.

Em segundo lugar, aspectos conjunturais podem ter exercido um papel importante para redirecionar os posicionamentos políticos. É comum que os referendos de iniciativa do governo se tornem um teste geral da popularidade do próprio governo, ao invés de um julgamento sobre a matéria em tela (Leduc, 2002; Setälä, 2006). O momento da campanha do desarmamento coincidiu com a eclosão do “escândalo do mensalão” – episódio que apontou o governo como corrupto e desmantelou o discurso do PT como guardião da ética, denegriu a imagem das instituições parlamentares e provocou um profundo desgosto com a vida pública. Para alguns críticos, a associação do referendo com o governo contribuiu para estimular as pessoas a votarem no Não, como protesto à corrupção e à suposta manobra dos representantes políticos para ocultar aquele escândalo (Cunha, 2006, p. 61; Sorj, 2006, p.25).

Em terceiro lugar, os referendos de pergunta fechada – em que os cidadãos podem responder apenas “sim” ou “não” – apresentam o problema de forçar as pessoas a separar, em seus votos, questões que podem estar associadas em suas mentes (Lacy e Niou, 2000, p.6; Barbie, 2003, p. 286). Quando alguns eleitores possuem preferências que não podem ser desmembradas entre múltiplas questões binárias, a regra da maioria não garante um ordenamento consistente das preferências, tal como votos sobre questão por questão, nos parlamentos. Nesse sentido, as complexas questões da criminalidade e da segurança pública foram exploradas a partir de encadeamentos argumentativos distintos pelas campanhas do Sim e do Não, com implicações diversas, como discutiremos a seguir.

Por fim, as normas eleitorais tenderam a ser desfavoráveis ao movimento do Sim. A Justiça Eleitoral, adotando a lógica das normas vigentes para a eleição de cargos no Legislativo e no

prioritárias ou, ao menos, a necessidade de realizar modificações urgentes em face do eventual fracasso das estratégias inicialmente utilizadas” (2006, p. 33).

¹⁰ A utilização de artistas da Rede Globo pareceu conferir um “ar de artificialidade” às formulações e recomendações do Sim, associadas às elites, protegidas da criminalidade, enquanto o Programa do Não tendeu a ser visto como o “programa do povo”, feito por pessoas comuns, aquelas verdadeiramente vulneráveis à violência urbana (Cunha, 2006, p. 60). Lisovsky (2006, p.47) sustenta que o Sim fez uma aposta inicial na sedução e não na persuasão e teve sua “legião de celebridades” derrotada.

Executivo, proibiu doações de entidades ou que associações recebessem recursos do exterior ou tivessem benefícios decorrentes de lei. Com isso, as associações voluntárias da sociedade civil e as ONGs ficaram impedidas de atuar na campanha do Sim, enquanto as empresas privadas e os estabelecimentos comerciais¹¹, ligados ao *lobby* das armas, tinham a oportunidade de fazer doação à campanha do Não, afixar adesivos e cartazes, veicular peças publicitárias na mídia, etc. Além disso, alguns autores apontam que a estrutura da pergunta do referendo obrigou o movimento do desarmamento a mudar seu discurso do “não” às armas” para o “sim” à proibição da comercialização de armas. Na visão desses autores, tal alteração confundiu a população que associava o “não” ao país sem armas.

A inversão da opinião pública, durante a campanha do referendo, coloca várias questões na agenda de pesquisa. Não pretendamos aqui explorar tal fenômeno, mas, sim, examinar no debate midiado, os argumentos tecidos pelos representantes políticos que se alinharam à campanha do Sim, “Pelo direito à vida”, e aqueles que se enquadram na campanha do Não, “Pelo direito à legítima defesa”. Buscamos, em particular, investigar o processo de prestação de contas dos representantes políticos no debate mais geral sobre o desarmamento. Antes disso, porém, é preciso esclarecer o que chamamos de “debate midiado” e os procedimentos analíticos adotados na pesquisa.

O Debate midiado e seus indicadores

Em outro trabalho, defendemos que diferentes modalidades de debates se constituem no espaço de visibilidade, sustentado pelos meios de comunicação (Maia, 2006). Para caracterizar esse fenômeno, algumas distinções precisam ser feitas. Primeiro, é preciso lidar com o próprio processo de mediação. Os agentes da mídia, ligados a compromissos profissionais e a um complexo de instituições, possuem um papel ativo na seleção dos atores sociais ou das fontes que ganham acesso ao espaço de visibilidade midiática. Esses profissionais operam a partir de lógicas e modos operatórios próprios para organizar sentidos, recortar e editar enunciados lingüísticos, conferir ou retirar credibilidade àquilo que é dito. Décadas de estudos sobre

¹¹ A Rede de cidadania da Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Arma - ANPCA – foi a principal financiadora da Campanha do Não. Ver Sorj, 2006, p.26, <http://www.armaria.com.br/>

agendamento e enquadramentos fazem ver que os recursos narrativos, lingüísticos e imagéticos, utilizados pelos profissionais da mídia, não podem ser reduzidos às opções de sujeitos individuais, mas, ao invés disso, devem ser compreendidos como parte de um subsistema e seus ambientes de ação.

Segundo, é importante caracterizar a natureza do debate que se constitui no interior do ambiente midiático. Ao invés de um encontro dialógico, baseado na comunicação interpessoal, entre dois ou mais interlocutores, opera-se aqui com uma noção de “debate público”, isto é, trocas comunicativas distendidas no tempo e no espaço, publicamente acessíveis. Obviamente, muitas disputas argumentativas, entre dois ou mais participantes, no formato tradicional, se desenvolvem nos *media*, como os debates eleitorais, os embates entre indivíduos e/ou grupos opositores em *talk shows*, os duelos de opinião travados em programas diversos. Contudo, essa concepção é muito restrita para uma adequada compreensão das trocas argumentativas que se desenrolam nos meios de comunicação de modo mais amplo. A noção de debate público volta seu foco para a competição de discursos publicamente acessíveis¹². Isso porque um mesmo discurso pode ser produzido e compartilhado por diversos indivíduos, grupos sociais ou tipos de agentes, num campo de posicionamentos concorrentes.

Discurso¹³, nessa acepção, refere-se a conjuntos de enunciados apresentando certas assunções, juízos, discordâncias, predisposições e aptidões, construídos através de determinados enredos, envolvendo opiniões sobre fatos e valores. São intersubjetivamente constituídos e reconhecidos

¹² Habermas, em seus estudos mais recentes, adota a noção de uma comunicação generalizada, “subjectless”, destituída de sujeito específico que circula na esfera pública. Trata-se de “redes de opinião” que enfeixam discursos sobre determinadas temáticas. Seyla Benhabib reporta-se a “uma conversação pública anônima” [*anonymous public conversation*] em “redes e associações de deliberação, contestação e argumentação, entrelaçadas e sobrepostas” (1996, p. 68). Bohman assinala que “essas formas de comunicação estendidas e descontextualizadas podem ser generalizadas para a esfera pública, que está aberta para uma audiência ilimitada de comunicação” (1996, p. 43). Também Dryzek busca dissociar o debate público de sujeitos singulares e entender “a esfera pública... [como] lar de uma constelação de discursos” (Dryzek, 2004, p. 48).

¹³ Nessa perspectiva, “discurso” pode ser entendido como um modo compartilhado de compreender o mundo, incrustado na linguagem (Dryzek 2000, p. 49; Charaudeau, 2006; Pinto, 1999; Fairclough, 2001, 2003). “Uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados” (Fairclough, 2001, p. 90). Tal concepção é distinta da noção de discurso presente na teoria habermasiana, como um processo reflexivo e pragmático que se desenvolve através da argumentação, quando um falante busca providenciar explicação e justificação de seus proferimentos, de seus comandos ou de suas expressões, diante das objeções colocadas por um ouvinte (Habermas, 1984, v. I, p.42).

de maneira socialmente significativa. Por conseguinte, qualquer discurso implica num certo posicionamento num campo discursivo, com propriedade de estabelecer relações explícitas ou implícitas com outros discursos, num dado contexto. Isso não quer dizer que os indivíduos estejam meramente a mercê dos discursos sociais. Ao invés disso, eles participam e contribuem para o ambiente discursivo, vocalizando o seu modo próprio de compreender e explicar fatos e valores – fazendo escolhas e tomando decisões – em conformidade com suas posições sociais, em determinadas circunstâncias (Meyer, 2001; Pietikäinen & Dufva, 2006). Para apreender o debate midiado, seguindo essa perspectiva, é preciso estar atento tanto para as vozes dos sujeitos singulares, situados em certos domínios, com posições distintas nas hierarquias sociais, quanto para a perspectiva e o entrelaçamento dessas vozes em “redes discursivas”, num determinado campo de posições e contraposições.

A troca de argumentos no ambiente midiático se configura a partir de veículos diversos, através de matérias que exploram aspectos contextuais, idéias, entrevistas, apreciações de especialistas, etc. Em um mesmo veículo, as controvérsias se espalham em editoriais distintas, espaços reservados à opinião, carta de leitores, etc. Ao invés de extensa linha argumentativa, como discursos proferidos em parlamentos ou em fóruns acadêmicos, o debate midiado se desenvolve por “lances discursivos” – fragmentos de discursos de atores sociais que são editados em termos de discussão ou recompostos em novos textos. Os textos jornalísticos, exemplarmente, envolvem uma complicada mistura de fontes enunciativas e recursos diversos para a representação de vozes e o ordenamento de discursos. Alguns atores sociais têm seus pronunciamentos apenas relatados e tomados como objeto da enunciação jornalística, outros têm suas próprias palavras empregadas no texto (através da atribuição direta e do uso de aspas), enquanto outros aparecem como os próprios autores de suas formulações (como em discursos e entrevistas) (Fairclough, 1995, p. 97; van Dijk, 1991, p.117). Por sua vez, os atores sociais, cientes do “custo” de se estar na mídia e da ampla publicidade proporcionada por esse sistema, buscam adequar seus proferimentos aos modos operatórios dos diversos veículos.

A caracterização do debate midiático, a partir da perspectiva deliberacionista, requer a especificação de determinadas propriedades¹⁴. De modo mínimo, é preciso indagar sobre: a)

¹⁴ Em outro trabalho, explorei detidamente esses indicadores do debate midiado (Maia, 2006).

acessibilidade – quem ganha acesso e se constitui como fonte para os textos jornalísticos e outras narrativas midiáticas; b) *caracterização dos atores sociais* – como se dá a identificação dos participantes e seus papéis institucionalmente definidos e como seus discursos são tratados pelos agentes da mídia; c) *utilização de argumentos crítico-rationais* – os participantes do debate apresentam razões para sustentar suas visões, preferências, recomendações e seus comandos? d) *reciprocidade e responsividade* – há diálogo ou possibilidade de respostas mútuas entre as fontes com diferentes posicionamentos e reivindicações, quem responde a quem? e) *reflexividade ou a reversibilidade de opiniões* – há revisão das opiniões inicialmente encetadas, diante das posições concorrentes, a fim de incorporar novos aspectos da questão ou aperfeiçoar as razões em disputa? Graus de acesso, utilização de argumentos crítico-rationais, reciprocidade e responsividade, reflexividade e/ou reversibilidade de opiniões são indicadores importantes para caracterizar a qualidade democrática dos debates presentes no espaço midiático de visibilidade.

No âmbito deste artigo, não teríamos como explorar os discursos de todos os atores que ganharam acesso ao espaço de visibilidade midiática, e nem a teia discursiva que se desdobrou em torno de várias polêmicas geradas pelo referendo do desarmamento. Nosso esforço fica restrito à caracterização das vozes dos representantes políticos ligados ao movimento do Sim – a “Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas”, e ao movimento do Não – “Frente Parlamentar pelo Direito de Legítima Defesa”. Os indicadores apontados acima serão empregados para explorar as principais polêmicas colocadas em tela pelos representantes políticos, a organização das posições e contraposições, bem como os padrões dialógicos estabelecidos entre eles no processo de *accountability*, expresso no ambiente midiático.

O *corpus* da pesquisa é composto por 90 matérias de pesquisas jornalísticas extraídas de dois jornais diários de grande circulação nacional e de duas revistas semanais, assim distribuídas: 31 da *Folha de S. Paulo*; 56 de *O Globo*; 2 de *Veja* e 1 de *IstoÉ*. Nesse *corpus*, não são considerados editoriais, matérias opinativas e nem cartas de leitores. A fim de caracterizar a origem ou o domínio social dos agentes políticos, as fontes utilizadas nas matérias foram formalmente identificadas (por nome, credencial e posição), tal como: (a) representantes do poder executivo; (b) representantes do poder judiciário; (c) representantes do poder legislativo.

Ainda que, na pesquisa mais ampla, outros atores tenham sido identificados – especialistas de diferentes campos (criminalistas, sociólogos, etc..) e membros da sociedade civil organizada e não organizada (líderes de movimento social, ONGs, associações voluntárias) – essas categorias não serão analisadas aqui. Tomamos como suposto, contudo, que essas vozes contribuem para a constituição do ambiente discursivo, sustentando os embates discursivos em termos intertextuais.

A análise da perspectiva de um dado discurso em matérias jornalísticas apresenta dificuldades já bastante conhecidas. Para efeitos analíticos, distinguimos entre as formulações atribuídas à voz de um determinado ator social através de citações ou sínteses e aquelas formulações que não são atribuídas e, assim, ficam associadas à própria voz do repórter. Apesar das citações diretas serem compreendidas como vindo diretamente de alguém, a linha entre o que a fonte realmente disse e o que é incorporado nas matérias jornalísticas nem sempre é clara. Para lidar com tal dificuldade, destacamos apenas formulações atribuídas, claramente indicadas pelo uso de aspas.

O debate do referendo de 2005

Acessibilidade e identificação das fontes

O referendo do desarmamento incitou um amplo debate, uma vez que a proibição do comércio de armas de fogo no país incidiria diretamente sobre as vidas dos cidadãos e o caráter das comunidades em que vivem. Os atores da sociedade civil tiveram uma presença mais acentuada que os representantes políticos, nas matérias analisadas. Os representantes de movimentos sociais e especialistas foram particularmente convocados a se expressarem nos jornais diários, enquanto as revistas semanais deram evidente preferência aos depoimentos de artistas, de especialistas e de pessoas anônimas. De um modo geral, há um equilíbrio entre as vozes a favor do Sim e do Não em *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *IstoÉ*. Já a revista *Veja* faz clara opção editorial em advogar a favor do Não e constrói sua narrativa jornalística mobilizando vozes de pessoas que se posicionam contra a proibição do comércio e/ou se dizem indecisas.

Tabela 1 – Origem das fontes e declaração de posicionamento nos veículos midiáticos

	FSP			O Globo			IstoÉ			Veja		
	Sim	Não	S/O	Sim	Não	S/O	Sim	Não	S/O	Sim	Não	S/O
Representantes Políticos	4	5		24	15	4	1	1			1	
Associações Voluntárias da Sociedade civil	5	6		8	7	1						
Instituições Religiosas	2			3								
Especialistas, Artistas ou Pessoas anônimas	6	10	7	26	18	15	7	7			3	13

Em *O Globo*, há, proporcionalmente, um volume e uma diversidade maior de fontes em comparação com a *FSP* e as revistas semanais. Quanto aos representantes políticos, pode-se dizer que os líderes das Frentes e os coordenadores das campanhas são majoritariamente os responsáveis por manifestar-se publicamente sobre os prós e os contras da proibição do comércio de armas no país.

Uso de argumentos: O valor da vida ou o direito da legítima defesa?

Os meios de comunicação criam um fator de publicidade que tem um papel crucial nos processos deliberativos. O fato de os interlocutores (políticos e cidadãos) terem de defender seus posicionamentos publicamente encoraja-os a se referir a princípios e crenças que são, em geral, aceitáveis. A “Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas” centrou seu argumento particularmente no valor da vida. Entendendo que as armas são instrumentos cuja única finalidade é matar, votar pela proibição do comércio de armas seria votar pela vida.

*O suposto benefício representado pela posse de arma de fogo está muito abaixo dos incontáveis malefícios que ela produz. O desarmamento é medida valiosa para a salvação de muitas vidas preciosas*¹⁵ (Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República)

*Estou há mais de 30 anos na Polícia Militar. Vi pessoas baleadas, feridas e mortas por armas comuns como 38 e pistolas, de procedência legal. A arma tem que ser usada somente por forças policiais treinadas e conscientes de seu uso. Quem compra arma tem sempre um futuro trágico pela frente. Cedo ou tarde acaba se envolvendo em alguma tragédia*¹⁶ (Coronel Hélio Luiz, Secretário de Segurança de Niterói).

No início do debate, a Frente do Sim argumentou que a proibição do comércio salvaria muitas vidas, uma vez que dados estatísticos mostravam que a grande maioria de mortes por armas de fogo no Brasil é causada por armas “leves”, compradas por cidadãos comuns, que causavam acidentes, ou eram utilizadas em desavenças entre casais, amigos e vizinhos ou, ainda, em brigas no trânsito e em bares. Além disso, a Frente do Sim apresentou dados para evidenciar que aproximadamente 80% das armas apreendidas entre os criminosos eram curtas e leves, e que 85% eram de fabricação nacional, roubadas de cidadãos comuns.

É inquestionável que a redução do número de armas em circulação diminui o número de mortes..... Vamos diminuir, sim, os crimes imotivados que hoje representam 60% das mortes. O combate à violência é gradativo e depende de políticas socioeconômicas (Renan Calheiros, senador, presidente do Senado e da Frente Parlamentar contra as armas).

A “Frente Parlamentar pelo Direito de Legítima Defesa” baseou sua argumentação do direito ao porte de armas pelo cidadão para que este se defenda. Argumentou-se que um direito civil clássico – a proteção da própria vida e a família – estava sendo suprimido e que, a partir deste, outros direitos poderiam ser perdidos a qualquer momento. O cidadão pode ter o direito de não querer uma arma, porém não deve perder o direito de ter uma, caso ele queira ou precise dela no futuro.

¹⁵ Após artigo em defesa do ‘sim’, Lula evita dizer em quem vai votar; FSP, Data: 22.10.2005; reportagem.

¹⁶ Profissionais de segurança apóiam ‘Sim’: Grupo de 65 especialistas divulga manifesto pelo fim do comércio de armas. Evandro Éboli *O Globo*, 18.10.2005, reportagem.

*O homem das cavernas já usava um tacape para defender seu lar e sua família. Como ao homem de hoje você não dá o direito de se defender? O que se tem que fazer é uma regulamentação rígida e criteriosa*¹⁷ (João Caldas, deputado do PL-AL e quarto secretário da Câmara).

Temos que respeitar o direito à legítima defesa do cidadão. As pessoas é que matam pessoas. Um cidadão de bem, ordeiro, e que paga seus impostos, tem direito de se defender (Ubiratan Guimarães, coronel da PM).

Os adeptos do Não trouxeram para a linha da frente do debate a vulnerabilidade, o risco e o medo em que os cidadãos brasileiros vivem, diante da alta criminalidade existente no país. Nesse contexto, destacou-se a incapacidade de o Estado prover segurança pública e, assim, argumentou-se que a proibição iria deixar os “bandidos” mais fortes e mais à vontade para praticar seus crimes, enquanto os cidadãos ficariam ainda mais vulneráveis. Tal entendimento é proferido por representantes de partidos mais radicais tanto da direita quanto da esquerda:

*O povo precisa de segurança. Temos de desarmar em primeiro lugar os bandidos. E não é a venda ou não de armas que vai desarmá-los. Sempre encontrarão meios de conseguir esses instrumentos letais*¹⁸ (Amir Lando, Senador do PMDB-RO).

*Nós, ruralistas, temos a obrigação de defender o “Não”. Quem defende o “Sim” quer restringir nossos direitos. Não podemos ter nossa defesa cerceada. Temos legitimidade para defender o direito à propriedade*¹⁹. (Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente da UDR).

*Sabe quem ficará desarmado? Os trabalhadores,, os camponeses, a população mais pobre*²⁰. (Américo Gomes, dirigente do PSTU).

*Com a proibição de armas, os sem-terra vão poder invadir as terras que quiserem*²¹ (Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente da UDR).

Ambas as Frentes, ao invés de advogar políticas baseadas puramente no auto-interesse, apelam para razões gerais, as quais podem ser compartilhadas por aqueles concidadãos que se vêem

¹⁷ Por que voto não, porque voto sim *O Globo*, 10.10.2005. Depoimentos.

¹⁸ Relação entre armas e crimes causa divergências; Toni Marques *O Globo*, 21.10.2005, Reportagem.

¹⁹ Incra critica UDR por votar no ‘Não’; Evandro Éboli, *O Globo*, 22.10.2005, Reportagem.

²⁰ No menu, a salada de opiniões do ‘Sim’ e do ‘Não’: Disputa reuniu velhos adversários, Letícia Helena, *O Globo*, 23.10.2005, Reportagem.

em circunstâncias semelhantes, sendo que essas razões têm o potencial de ser aceitáveis pelos demais cidadãos, no que toca a aspectos morais relevantes da situação. Contudo, a cada lado da contenda, o que os indivíduos escolhem para si e para suas famílias e o que escolhem para a comunidade irá, freqüentemente, diferir. As duas Frentes Parlamentares partem do reconhecimento de que a violência existente no país é alarmante. No entanto, a Frente do Sim propõe que o problema deva ser entendido como sendo de responsabilidade de todos e convoca as pessoas a se mobilizarem num empenho solidário para diminuir a violência no país. A proibição não resolveria todo o complexo problema da criminalidade, mas esta seria uma medida importante para reduzi-lo. Assim, todos e cada um dos cidadãos poderiam, no futuro, desfrutar de uma condição mais pacífica de vida e de maior segurança social.

*Não é com uma medida apenas que tudo será resolvido, mas precisamos começar e o desarmamento é o primeiro passo. Estou falando como cidadã, como mãe e como alguém que perdeu o irmão assassinado*²² (Rosinha Garotinho, governadora do Rio de Janeiro).

*Voto sim porque esse plebiscito é uma oportunidade de escolhermos que tipo de sociedade que teremos no futuro. Minha opção é pela paz. O desarmamento significa apenas um passo para essa sociedade de paz. Não resolve o problema da segurança pública em nosso país, que depende de investimentos em várias outras áreas. No entanto, muitos crimes banais, acidentais, serão evitados se menos armas estiverem circulando em nosso país*²³. (Iryny Lopes, PT-ES, presidente da comissão de direitos humanos da câmara dos deputados)

Enquanto os adeptos do Sim apelam para razões relativamente altruístas, compelindo os cidadãos a pensar na coletividade e nas gerações futuras – nas vidas que poderiam ser salvas com a proibição de armas –, a Frente do Não mobiliza razões voltadas para os próprios indivíduos, motivando-os a entender que a proteção da própria vida e a da própria família deveria estar em primeiro lugar. Esse raciocínio apresenta-se vinculado, com freqüência, à alegação de desamparo e risco vividos no presente, já que o Estado é ineficaz em prover proteção pública.

²¹ No menu, a salada de opiniões do ‘Sim’ e do ‘Não’: Disputa reuniu velhos adversários, Letícia Helena, *O Globo*, 23.10.2005, Reportagem.

²² Disputa acirrada na reta final; Cláudio Lamego e Luiza Damé; *O Globo*, 17.10.2005; Reportagem.

²³ POR QUE VOTO NÃO 1 / POR QUE VOTO SIM 2; *O Globo*, 22.10.2005, Enquete.

*O Estado já se mostrou incapaz de promover a segurança pública. A prova disso são os índices de assaltos, de criminalidade, que aumentam cada vez mais. Como pode, então, o Estado cercar o direito do cidadão de ter uma arma? A lei já proíbe, não é qualquer um que compra arma e munição*²⁴. (Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista).

Os criminosos continuarão com suas armas, eles se abastecem com armas contrabandeadas. Não há AR-15 vendendo em lojas. Ninguém discute controle de fronteiras. Será preciso, no entanto, que o cidadão mantenha em casa uma arma legalizada. Quem não estiver com uma arma legal deverá responder a processo judicial.²⁵

A Frente do Não, além disso, busca sustentar que a proibição seria inútil, já que existe o comércio ilegal e o contrabando de armas. No campo econômico, a proibição traria, contudo, prejuízos para empresas nacionais de armamento, beneficiando empresas estrangeiras concorrentes.

*A proibição não é e nunca foi o meio adequado a produzir o resultado pretendido. Trata-se de uma nova 'Lei seca' que resultará no aumento exponencial do contrabando de armas e munição*²⁶ (Wladimir Sérgio Reale, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro).

Não posso votar em uma proposta que pode afetar uma importante indústria da minha cidade. Prejuízo para a indústria é prejuízo para o município. Segundo motivo é que não vejo como baixar a criminalidade proibindo o comércio de armas. O bandido vai ficar armado, pode recorrer ao contrabando, e a população não terá armas. Não é a solução.²⁷ (Clóvis Volpi, prefeito)

Por fim, alguns adeptos à Frente do Não, ao associar o referendo às políticas do governo, colocam sob suspeita intenções, mesmas, dos dirigentes políticos: a votação seria apenas para criar uma falsa impressão de que o governo estaria fazendo alguma coisa para reduzir a violência e a criminalidade no Brasil. Ao invés de ponderar sobre a substância da matéria em

²⁴ Por que voto não, por que voto sim. *O Globo*, 13.10.2005, Depoimentos.

²⁵ Por que voto não, por que voto sim. *O Globo*, 11.10.2005, Depoimentos.

²⁶ Profissionais de segurança apóiam 'Sim': Grupo de 65 especialistas divulga manifesto pelo fim do comércio de armas. Evandro Éboli *O Globo*, 18.10.2005, Matéria.

²⁷ Por que voto Não, Por que Voto Sim. *O Globo*, 05.10.2005, Depoimentos.

questão, busca-se, neste caso, colocar sob suspeita a intenção dos representantes políticos e a validade mesma do mecanismo de consulta popular.

Reciprocidade

Na deliberação, os participantes visam buscar um acordo sobre princípios morais substantivos que possam ser justificados com base em razões que sejam mutuamente aceitáveis. Se há tais princípios, ou como eles devem ser interpretados, é algo que, freqüentemente, descobre-se no próprio processo deliberativo (Gutmann e Thompson, 1996, p. 56). Diante de visões divergentes, o princípio da reciprocidade demanda que os interlocutores continuem a buscar termos justos de cooperação dialógica e justificativas que não possam ser razoavelmente rejeitadas pelo outro. “Porque os resultados da deliberação democrática devem ser mutuamente vinculantes, os cidadãos e seus representantes devem aspirar a um tipo de raciocínio político que seja mutuamente justificável” (Gutmann e Thompson, 1996, p.53). É por isso que na cooperação dialógica há movimento. Os adeptos à Frente do Sim se mostram decididamente mais motivados a incorporar os argumentos concorrentes dos outros em seus próprios argumentos, buscando dar respostas às objeções levantadas. Contra o argumento de que o desarmamento seria inócuo, já que os bandidos continuariam armados, os adeptos da Frente do Sim buscam apontar que a proibição do comércio de armas visa atingir os cidadãos comuns e que isso teria um impacto para reduzir o número de circulação de armas, e, conseqüentemente, daquelas que acabam parando nas mãos de criminosos. Em segundo lugar, contra o argumento de que quem deveria ser desarmado é o “bandido” e não o “cidadão comum”, contra argumentou-se que a polícia busca, sim, desarmar aqueles que praticam delitos.

Lei é para o cidadão que a respeita. O bandido está à margem da lei. Para ele é cadeia. Não há como pedir ao bandido que se converta à lei. O mercado legal é que alimenta o ilegal. Bandido rouba armas, não as compra. Após o SIM só haverá dois tipos armados na rua. Um é a polícia, o outro é o bandido, que não pode ter armas²⁸ (Renan Calheiros, senador, presidente do Senado e da Frente Parlamentar contra as armas).

²⁸ SIM? NÃO? Só Você decide. Azi Filho, Celso Fonseca, Eduardo Hollanda e Marina Caruso, *Isto É*, 12. 10.05 Reportagem

*O desarmamento não pretende tirar as armas dos bandidos. Ele pretende tirar a arma do homicídio accidental. É para diminuir a criminalidade accidental*²⁹ (Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça).

Em direito de resposta, ministro diz que o governo está desarmando os bandidos. Márcio Thomaz Bastos (ministro da Justiça): “Ao contrário do que informou a frente do Não, para o governo, retirar armas de bandido é, sim, trabalho das polícias”³⁰

No movimento dialógico, os interlocutores se vêm, muitas vezes, obrigados a re-formular seus proferimentos, em conformidade com as premissas colocadas pelos rivais no campo discursivo. Diante da demarcação entre “bandidos” e “cidadãos de bem”, estabelecida pelo discurso do Não, os adeptos do Sim passam a utilizar tal dicotomia simbólica e contra-argumentam que: a) o cidadão armado tem poucas chances de reações bem sucedidas; mas ter uma arma aumenta a chance de ser morto pelos bandidos; b) o treinamento de tiro de civis não os prepara para situações reais; c) se cada cidadão quiser se armar como os bandidos, a violência iria explodir. Reiteradamente, a Frente do Sim sustenta que a proibição não “resolveria” todo o problema da violência, mas iria reduzi-la e isso, do ponto de vista de políticas sociais, é fundamental para melhorar a qualidade de vida geral da população.

*Para uma pessoa andar armada, precisa de especialização, treinamento, ou será traída pelo elemento surpresa. O bandido está sempre mais bem preparado e pega sua vítima de surpresa. Mesmo armada, a pessoa não consegue reagir e vira vítima. Há uma incidência cada vez maior de crimes nessas condições*³¹ (Edson Gianuzzi, delegado).

*Voto sim porque acho que portar arma de fogo traz uma falsa sensação de proteção, de poder de reação. Todos os meus amigos policiais assassinados, homens treinados, morreram portando uma arma, na maioria dos casos, duas armas. E os que se salvaram foi por milagre ou porque abandonaram tudo e fugiram do local.*³² (Maria Maggessi, inspetora da Polícia Civil).

Os argumentos do Não se configuram dentro de um quadro notadamente liberal de política, já que o voto contra a proibição é entendido como uma proteção aos direitos individuais e um modo de limitar o escopo do governo. Tal quadro compreensivo coloca as políticas de

²⁹ Frente contrária ao desarmamento reage a ataque de ministro da Justiça, *O Globo*, 06.10.2005.

³⁰ Bastos defende restrição às armas; Reportagem – Brasília; *O Globo*; 18.10.2005; Reportagem.

³¹ Por que voto Não, Por que Voto Sim. *O Globo*, 05.10. 2005

³² Por que voto Não, Por que Voto Sim. *O Globo*, 04.10. 2005

segurança do governo sob o escrutínio público e obriga os partidários do Sim a lidar com várias controvérsias nesse terreno. A violência urbana é obviamente uma questão complexa dentro da construção de ordem democrática, já que o Estado, apenas, não é capaz de garantir a pacificação das relações sociais. A violência urbana é resultado de fatores sócio-econômicos de distribuição e sócio-culturais de exclusão, as quais desencadeiam um conjunto de mecanismos, com uma rede de efeitos que se cruzam entre si (Adorno 1993; Pinheiro, 1997; Cárdua, 1999, Peralva, 2000). Obviamente, os representantes são responsáveis pelas políticas que sustentam e, também, pelas suas conseqüências (Gutmann e Thompson, 1996, p. 137). Por isso mesmo, a tentativa de contrapor os argumentos do Não, nesse terreno, abre várias zonas de enfrentamento: a legitimidade do uso da força no Estado Democrático; as medidas que estão efetivamente sendo empreendidas pelo governo para lidar com a violência urbana; as distinções entre diversas modalidades de crimes violentos e o crime organizado; a proposição de que o “cidadão de bem” também mata e muito.

*[a proibição do comércio de armas] vai reduzir muito o número de vítimas fatais por agressões com armas de fogo. Quem tem que prover a segurança e a proteção do indivíduo não é cada um por ato próprio, mas sim o Estado, através da segurança pública. Quanto menor o número de armas em circulação, maior será a redução do índice de violência*³³ (Antônio Carlos Magalhães, deputado federal do PFL-BA).

*Cabe ao Estado garantir a segurança e a vida dos cidadãos. Propor o contrário é retornar ao estado anterior à organização política e jurídica da sociedade. Acreditar que cada um possa, e deva, com armas em punho, defender a própria vida é retornar à condição primitiva de cada um por si, a negação das conquistas civilizatórias*³⁴ (Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social).

Diante da dicotomia, também sustentada pelo discurso do Não, entre “Nós” (cidadãos comuns, trabalhadores) e “Eles” (representantes do governo), a Frente do Sim busca reafirmar que “a causa é da sociedade. Não é dos partidos, desse ou de outro governo”³⁵. Aponta que quem realmente lucra com o comércio das armas são as grandes empresas fabricantes de armas e os comerciantes desse ramo. A Frente do Sim busca enfatizar que a opção da defesa individual com uma arma não é para todos, já que a população carente, que sente a violência na pele e

³³ Bastos defende restrição às armas; Reportagem – Brasília; O Globo; 18.10.2005; Reportagem

³⁴ Relação entre armas e crimes causa divergências; Toni Marques *O Globo*, 21.10.2005, Reportagem

convive com tragédias causadas por armas de fogo, não tem, na verdade, condições reais para adquirir armas, já que o registro é extremamente caro. Os adeptos do Sim reiteram, ainda, a necessidade de se distinguir entre diferentes modalidades de crime violento e o crime organizado, uma vez que a justificação da proibição da venda de armas é a redução dos acidentes domésticos e dos crimes não motivados.

*Voto sim ainda que o desarmamento não seja para combater o crime organizado. Se vai reduzir o número de mortes em discussões domésticas triviais, discussões no trânsito ou em acidentes, isso já basta para justificar a proibição. Não é por causa da ausência de política de desarmamento do crime organizado que não vou apoiar uma política para desarmar o cidadão comum*³⁶ (Lucas Furtado, procurador-chefe do Ministério Público junto ao TCU).

Com o acirramento das disputas, os posicionamentos começam a ser expressos de modo claramente antagônico.

Márcio Thomaz Bastos (ministro da Justiça) chamou de “frente da bala” os parlamentares que querem a manutenção da venda de armas. Bastos disse que a campanha contrária à proibição está errada quando afirma que a medida será inócua por não tirar armas de bandidos. O ministro afirmou que a proibição vai retirar do mercado armas usadas na “criminalidade acidental” (como brigas de trânsito) e não em armas de marginais³⁷.

*Acho que a discussão está sendo distorcida. Não é a bancada da bala contra os defensores da vida, o arcaico contra o moderno. Esse maniqueísmo não é adequado” – disse. “Dizer que o grande fornecedor de armas para o bandido é o cidadão de bem é uma falácia. Para se adquirir uma arma legal, leva-se meses, mas é possível comprar na ilegalidade em menos de 24 horas*³⁸. (Luiz Antônio Fleury, deputado)

Reflexividade/ Reversibilidade de opiniões:

³⁵ Renan Calheiros (senador, presidente do Senado e da Frente Parlamentar contra as armas)

³⁶ Sociólogo: País moderno vota ‘Sim’. Cláudia Lamego; *O Globo*, 15.10.2005. Reportagem e depoimentos Por que Voto Não 1, Porque voto Sim

³⁷ Frente contrária ao desarmamento reage a ataque de ministro da Justiça, *O Globo*, 06.10.2005.

³⁸ Sociólogo: País moderno vota ‘Sim’. Cláudia Lamego. *O Globo*, 15.10.2005, Reportagem e depoimentos (Por que Voto Não 1, Porque voto Sim 2)

Outro fator importante da deliberação é a revisão dos próprios proferimentos, seja para melhorar a qualidade dos argumentos à luz de novas razões ou de críticas recebidas, seja para tematizar o que pareceu errado ou incorreto, seja, ainda, para indagar a respeito do melhor caminho a ser seguido, numa dada situação. A Frente do Não continua a proferir o mesmo discurso, calcado nas crenças e nas razões apresentadas nos primeiros momentos da campanha.

*Quantos atos pela paz já foram feitos e a bandidagem está por aí deitando e rolando. Se ato público desse certo, o Brasil era um país sem violência. Pombinha branca, florzinha e camiseta não convencem ninguém*³⁹. (Alberto Fraga, deputado do PFL-DF e coordenador da Frente pelo Direito da Legítima Defesa).

Já os adeptos da Frente do Sim se mostram, novamente, mais reflexivos e auto-críticos sobre os lances discursivos enviados ao público, as estratégias utilizadas na campanha e as razões do próprio insucesso.

*Vamos usar dois novos slogans: “Votar Não significa não mudar nada” e “Desarmar geral”. Ficamos muito no apelo emocional e perdemos a linha da racionalidade. Levamos uma bala no peito no primeiro round, mas até Domingo vamos ressuscitar*⁴⁰ (Carlos Minc, deputado estadual do PT) .

*Agora vamos mostrar toda a destruição que as armas provocam na sociedade e o interesse da indústria que lucra com a morte de inocentes. Será um discurso mais direto, vamos apresentar os argumentos com mais clareza” – afirmou. “A tentativa de focar diversos ângulos ao mesmo tempo tornou a campanha difícil de ser memorizada pelo eleitor*⁴¹. (Raul Jungmann, deputado do PPS-PE, secretário da frente parlamentar pró-voto Sim).

O publicitário conduziu de forma errada. Era preciso convidar os políticos para participar. Tem gente do PSDB, do PFL, do PT, do meu partido. O Serra, prefeito de São Paulo, declarou o voto. Tínhamos que dar esse caráter suprapartidário à campanha. (Jandira Feghali, deputada federal do Pcdob-RJ)

*Já era esperado o crescimento do “Não”, mas não que ultrapasse o “Sim”. Ela [Jandira Feghali] responsabiliza a falta de gravidade no tom dos discursos dos artistas e a ausência de políticos na campanha*⁴²

³⁹ Disputa acirrada na reta final; Cláudio Lamego e Luiza Damé; *O Globo*, 17.10.2005; Reportagem.

⁴⁰ Disputa acirrada na reta final; Cláudio Lamego e Luiza Damé; *O Globo*, 17.10.2005; Reportagem.

⁴¹ Ibope: Pesquisa provoca mudança na campanha do ‘Sim’. *O Globo*, 15.10.2006; Reportagem.

⁴² Disputa acirrada na reta final; Cláudio Lamego e Luiza Damé; *O Globo*, 17.10.2005; Reportagem

Além de discutir as falhas na condução da campanha e aventar estratégias possivelmente melhores para apresentar os próprios argumentos, a fim de fazer frente ao quadro compreensivo encetado por seus rivais, os adeptos do Sim reconhecem que não podem negar inteiramente alguns argumentos do Não. E, muito menos, poderiam resolver desacordos sobre questões empíricas, como a ineficácia das políticas de segurança pública no país.

A campanha do “Não” tem um grande argumento, de que a proibição vai manter os bandidos armados e vai desarmar os homens de bem. Isso só pode ser vencido se o governo demonstrar que vai pôr em prática, junto com a proibição do comércio, um projeto sério de recolhimento de armas ilegais, como acontece na Colômbia. A sorte do referendo está nas mãos do governo. (Fernando Gabeira, deputado do PV-RJ).

Para ele, a reviravolta nas intenções de voto não depende apenas de uma mudança na publicidade, mas sim no comportamento do poder público⁴³.

E, mais, os crimes não motivados e a criminalidade ligada a grupos organizados, ainda que possuam origens e remédios completamente distintos, são fenômenos que provocam nos cidadãos reações emocionais semelhantes de medo, de insegurança e de alarme. Seria, portanto, difícil convencer os cidadãos do contrário.

Sou o primeiro a reconhecer a sensação de insegurança. Sou de classe média e, embora enquanto ministro tenha certas regalias, sou provido desta sensação de insegurança que me assalta com frequência. Não acredito que mudando a lei a gente mude a realidade⁴⁴. (Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça).

Conclusão

Os meios de comunicação desempenham um importante papel na constituição dos debates públicos. Os agentes dos media, além de fornecer insumos informativos diversos sobre as questões de interesse político, publicizam “lances discursivos” dos atores sociais para uma

⁴³ A campanha na TV - continua a guerra de versões: Publicitários e cientistas políticos dizem que defensores da proibição foram menos incisivos que os adversários, Alan Gripp e Toni Marques, *O Globo*, 20.10.2005 Reportagem - Brasília e Rio

⁴⁴ Frente contrária ao desarmamento reage a ataque de ministro da Justiça, *O Globo*, 06.10.2005.

ampla audiência. É claro que o debate midiado não pode ser compreendido como embates argumentativos travados em situações em que os sujeitos encontram-se fisicamente presentes, como em fóruns ou em assembléias. De modo congruente com a noção de debate público – em que muitos agentes participam, colaboram e se influenciam mutuamente, numa rede de discursos sem sujeito definido – o debate que se desenrola nos meios de comunicação se espalha em diferentes veículos, editoriais e seções. É preciso ter em mente que os próprios agentes da mídia possuem um papel fundamental para escolher quem ganha acesso aos meios de comunicação e se constitui como “fonte” para as narrativas midiáticas. São diversos os recursos utilizados para definir as condições do acesso, para construir as representações das vozes dos atores sociais e o ordenamento dos discursos.

O debate midiado é um processo que se estende por um determinado período de tempo, de modo não contíguo. Isso não impede, contudo, que os representantes e cidadãos, ao se expressarem nos *media*, se referenciem mutuamente a uma mesma matéria; justifiquem ou expliquem suas proposições, respondam às reações e às objeções dos outros, e, ainda, revisem suas crenças, suas opiniões, seus vocabulários e seus modos de expressão. Esse é um processo dinâmico, em que os atores sociais avaliam os seus proferimentos e as repercussões provocadas em seus interlocutores (e/ou no público mais amplo) e, ainda, utilizam esse conhecimento para configurar o próprio discurso, em subseqüentes contribuições aos *media*. Nesse artigo, explorei apenas as “vozes” dos representantes políticos e dos agentes que ocupam cargos públicos, com o propósito de evidenciar a troca argumentativa que ocorre entre eles, no ambiente de visibilidade midiática.

Seguindo o quadro teórico da deliberação, é possível notar diferentes graus de acessibilidade, de argumentos crítico-rationais, de reciprocidade e de reflexividade/reversibilidade de opiniões daqueles agentes que ganham acesso aos textos da mídia. No debate sobre o referendo do desarmamento, ficou claro que nem sempre os argumentos sustentados por pesquisas e dados estatísticos são os que conquistam mais adeptos. Nas palavras de Sorj “o Sim tinha à sua disposição uma base de argumentos solidamente sustentados em fatos, enquanto a campanha do Não... [contava] com argumentos sem base empírica relevante (Sorj, 2006, p.27). Como

Soares também aponta, “o Sim foi maciçamente apoiado pelos pesquisadores e pelos criminólogos..... O Não, através de bem-feita propaganda e de uma inacreditável campanha de desinformação, conseguiu anular essa vantagem no saber” (Soares, 2006, p.83). A partir da análise sobre o debate midiado, em importantes veículos da mídia impressa brasileira, é possível dizer que os adeptos da Frente do Sim se mostraram notadamente mais dispostos a considerar as premissas levantadas pela Frente do Não, a contrapor as objeções com novos argumentos, e a reformular os próprios entendimentos de modo a superar os desafios colocados por seus rivais. Contudo, tais qualidades deliberativas não foram suficientes para impedir o rápido e progressivo crescimento do apoio popular à Frente do Não e a sua vitória nas urnas.

No processo da *accountability* que se desenrolou nos meios de comunicação, foi possível notar que os representantes buscaram não somente justificar suas decisões, com diferentes graus de responsividade, como também, convencer o público de que elas eram dignas de crédito. Para definir as posições no campo discursivo, é importante não apenas a capacidade de dar respostas às proposições problemáticas, baseando-se nas melhores informações disponíveis, em um dado contexto. Além da qualidade dos argumentos, a credibilidade empírica e a comensurabilidade com a experiência são, também, cruciais para garantir o sucesso argumentativo. Os referendos, muitas vezes, assumem algumas características de eleições, em que a orientação ideológica e a identificação partidária desempenham um papel crucial (Leduc, 2002, p.713). No caso do referendo do desarmamento, adeptos de ambas as frentes expressaram publicamente que a crise política então vivida pelo PT teve implicações diversas, seja para minar a credibilidade da Campanha do Sim e desestabilizar a tradicional identificação desse partido com as causas populares e de movimentos da sociedade civil, seja para dificultar alianças supra-partidárias em favor da campanha do Sim, seja, ainda, para afastar a militância petista das ruas.

O desgaste dos políticos em geral, diz Jungmann, levou naturalmente à opção por uma campanha centrada em protagonistas da sociedade civil. O antagonismo partidário inviabilizou aparições conjuntas, como a de Lula e Fernando Henrique, que chegaram a ser combinadas pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Por fim, o PT, o velho PT, diz Jungmann, está fazendo falta. Hoje, com alguns de seus líderes enfrentando processos de cassação, e com a luta interna do PED recém-encerrada, o partido que

tem maior experiência em mobilização das ruas está impossibilitado de ter uma participação relevante na campanha⁴⁵.

Parece-me que a crise política os afastou [os políticos] . Basta ver o jeito que PT e PSDB estão se atracando. E tenho sérias dúvidas quanto ao resultado da presença dos dois no horário eleitoral. Não sei que influência teria sobre o eleitorado. A população desconfiaria dos dois juntos à essa altura.”⁴⁶
(Luiz Antônio Fleury, Coordenador da campanha contra a proibição da venda de armas e deputado do PTB-SP).

Como se sabe, a decisão do voto está associada a fatores diversos, já que se baseia num conjunto de crenças e atitudes cognitivas e emocionais. Para explicar a virada do Não e sua ampla vitória nas urnas, deve-se levar em consideração uma série de fatores – as estratégias de campanhas utilizadas pelas Frentes; a relação entre a matéria sob escrutínio, a experiência empírica e certos elementos da cultura política; os aspectos conjunturais do momento político; as questões técnicas do processo, mesmo, do referendo, como já apontado. No que tange ao campo da comunicação, é preciso ter em mente que a interpretação pela audiência dos bens simbólicos e dos discursos expressos no ambiente de visibilidade midiática é um processo complexo, que envolve os quadros cognitivos e valorativos de sujeitos, que carregam consigo suas histórias de vida e suas experiências em grupos de pertencimento e contextos sócio-históricos específicos. Não obstante, a constituição de debates no espaço midiático de visibilidade apresenta discursos e meta-discursos variados e constitui em si um profícuo terreno de investigação que diz muito da experiência da democracia brasileira.

Este trabalho representa resultados parciais do projeto de pesquisa “Mídia e debate público: dimensões da deliberação II”. que conta com apoio do CNPq, da CAPES, e da FAPEMIG. Um agradecimento especial é devido à André Moreira pela colaboração na coleta e organização dos dados.

Referências

ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil. *BIB*, 1993, 35, 3-24.

⁴⁵ Os ausentes na campanha do ‘Sim’. Tereza Cruvinel, *O Globo*, 15.10.2005, retranca – Panorama político

⁴⁶ ‘Sim’ queria juntar Lula e FHC mas crise atrapalhou; Evandro Éboli; *O Globo*, 18.10.2005; Reportagem - Brasília

- AUAD, Denise. Mecanismos de participação popular no Brasil: Plebiscito, referendo e iniciativa popular. *Revista Eletrônica Unibero de Comunicação Científica*, Edição de Setembro de 2005.
- BARBER, Benjamin. *Strong democracy - participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- BENHABIB, Seyla. Difference as a resource for democratic deliberation. In: BOHMAN, James; REHG, William (Eds.). *Deliberative democracy: essays on reason and politics*. Cambridge: MIT Press, 1997. p. 383-406.
- BENHABIB, Seyla. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, Seyla (Ed.). *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 67-94.
- BOHMAN, James. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT, 1996.
- CARDIA, N. *Atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em dez capitais brasileiras*. Brasília: Ministério da Justiça/ Secretaria do Estado de Direitos Humanos, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick, *Discurso das Mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- CONRADO, Flávio C. Quem crê em Cristo, diz Sim à vida? As Igrejas e o desarmamento. *Comunicações do ISER: Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira*, Rio de Janeiro, 2006, p.85-99.
- CUNHA, Christina Vital. “Referendo das armas”: propaganda televisiva e percepções da população. *Comunicações do ISER: Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira*, Rio de Janeiro, 2006, p.57-70.
- DRYZEK, John. *Deliberative democracy and beyond - liberals, critics, contestations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- DRYZEK, John. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, Vera Shattan; NOBRE, Marcos (Orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 41-62.
- FAIRCLOUGH, N. (1995). *Media discourse*. London: Arnold
- FAIRCLOUGH, N. (2003). *Analyzing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- FISHKIN, James. *Democracy and deliberation: new direction for democratic reforms*. New Haven: Yale University Press, 1991.
- FISHKIN, James. *The voice of the people*. Public opinion and democracy. New Haven: Yale University Press, 1997.
- FISHKIN, James; LASLETT, Peter. *Debating deliberative democracy*. Oxford: Blackwell, 2003.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. Deliberative democracy and beyond. In: FISHKIN, James; LASLETT, Peter. *Debating deliberative democracy*. Oxford, Blackwell, 2003. p. 31-53.

- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Democracy and disagreement*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. *Why deliberative democracy?* Princeton: Princeton University Press, 2004.
- HABERMAS Jürgen. Three normative models of democracy. In: BENHABIB, Seyla (Ed.). *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 21-30.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. I e II.
- HABERMAS, Jürgen. *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1984. v. I.
- LACY, Dean and NIOU, Emerson MS. A problems with referendums. *Journal of Theoretical Politics*, 2000, 12 (1):5-31.
- LEDUC, Lawrence. Opinion change and voting behavior in referendums. *European Journal of Political Research*. 2002, 41: 711-732,
- LISSOVSKY, Maurício. A campanha na TV e a desventura do Sim que era Não. *Comunicações do ISER: Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira*, Rio de Janeiro, 2006, p.32-49
- MADISON, James et al. *Federalist Papers*, no55. New York: Random House, 1937.
- MAIA, R. C. M. *Democracia e Mídia: dimensões da deliberação*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [no prelo].
- MATSUSAKA, John G. The eclipse of legislatures: Direct democracy in the 21st century. *Public Choice*, 2005, 124: 157-177
- MEYER, M.. Between theory, methods and politics: Positioning of the approaches to CDA. In R. WODAK & M. MEYER (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* London: Sage, 20001, p. 14-32.
- MEYER, Thomas. *Media democracy: how the media colonize politics*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- MOTA, Maria Aparecida R. O referendo de outubro/2005: das conquistas plurais à derrota singular. *Comunicações do ISER: Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira*, Rio de Janeiro, 2006, p.7-22.
- PERALVA, A. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PIETIKÄINEN, S. & DUFVA, H. Voices in discourse: Dialogism, critical discourse analysis and ethnic identity. *Journal of sociolinguistics*, 2006, 10(2), 205-224.
- PINHEIRO, P. S. Violência, crimes e sistemas policiais em países de novas democracias. *Tempo Social*, 1993, 9, 43-53.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- SETÄLA, Maija On the problem of responsibility and accountability in referendums. *European Journal of Political Research*, 2006, 45:699-721.

SOARES, Gláucio A. D. Do Sim ao Não: uma análise das pesquisas de tracking. *Comunicações do ISER: Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira*, Rio de Janeiro, 2006, p.71-84.

SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo-moralista. *Comunicações do ISER: Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira*, Rio de Janeiro, 2006, p.23-31.

VAN DIJK, T. A. (1991). The interdisciplinary study of news as discourse. In K. B. Jensen, & N. W. Jankowski (Eds.), *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research* (pp. 108-120). London: Routledge .

WARREN, Mark E. Deliberative democracy and authority. *American Political Science Review*, 1996, 90 (1):46-60.